

ALBUQUERQUE, Caetano de

*militar; const. 1891; dep. fed. MT 1891-1893 e 1912-1914; pres. MT 1915-1917.

Caetano Manuel de Faria e Albuquerque nasceu na cidade de Cuiabá no dia 11 de janeiro de 1857, filho do coronel Caetano Manuel de Faria e Albuquerque e de Francelina de Faria e Albuquerque.

Formou-se em ciências físicas e matemáticas e em engenharia militar pela Academia Militar. Na condição de ajudante do major Gomes Carneiro, participou da Comissão Construtora das Linhas Telegráficas de Cuiabá ao Araguaia.

Defensor do ideário republicano, e filiado ao Partido Nacional, criado em janeiro de 1890 pelo presidente de Mato Grosso Antônio Maria Coelho, foi eleito deputado ao Congresso Nacional Constituinte em setembro de 1890. Tomou posse em 15 de novembro do mesmo ano e colaborou na elaboração da Constituição Federal de 24 de fevereiro de 1891, passando a partir de maio a exercer o mandato ordinário. Em 1892 participou ativamente do movimento que depôs Manuel Murtinho, primeiro presidente constitucionalmente eleito de Mato Grosso. Foi membro da Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados e encerrou o mandato em dezembro de 1893. Voltou à Câmara na legislatura 1912-1914.

Eleito presidente do estado de Mato Grosso pelo Partido Republicano Conservador (PRC), tomou posse em 15 de agosto de 1915, sucedendo a Joaquim Augusto da Costa Marques. Antes de completar um ano no governo, porém, em julho de 1916, rompeu oficialmente com o PRC. Passou a governar o estado com o apoio do Partido Republicano Matogrossense (PRMG), mas isso não lhe garantiu o apoio da maioria dos deputados na Assembleia estadual. Além disso, o PRMG contava com apenas um parlamentar na Câmara dos Deputados.

Em meio a uma crise política se tornava cada vez mais grave, foi apresentada denúncia na Assembleia Legislativa que abriu o caminho para seu *impeachment*. Alegando falta de segurança em Cuiabá, os deputados seguiram para Corumbá e, lá reunidos, aprovaram o afastamento do presidente estadual. Abriu-se assim mais um complexo e intricado campo

de luta na área jurídica, pois com esse ato o primeiro vice-presidente assumiu o governo, mas Caetano de Albuquerque obteve um *habeas corpus* no Supremo Tribunal Federal (STF) e permaneceu no cargo, estabelecendo-se desse modo a duplicidade administrativa. Diante da gravidade do quadro político, o presidente da República Venceslau Brás enviou ao Senado um pedido de intervenção em Mato Grosso, que foi aprovado em dezembro de 1916, sendo a intervenção decretada no dia 10 de janeiro de 1917. Caetano de Albuquerque foi então substituído pelo mineiro Camilo Soares de Moura, que assumiu o governo na condição de interventor em 9 de fevereiro de 1917.

Faleceu no Rio de Janeiro em 10 de fevereiro de 1925.

João Edson Fanaia

FONTES:

ABRANCHES, J. *Governos*; ALVES, L. *Caetanada*; CORREIA FILHO, V. *História*; FANAIA, J. *Elites*; PONCE FILHO, G. *Generoso*; PÓVOAS, N. *Galeria*.